

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

1 O Governo Central atingiu superávit primário de R\$ 2,5 bilhões em agosto, tendo contribuído para tal desempenho o resultado positivo de R\$ 3,2 bilhões do Tesouro Nacional, parcialmente compensado pelos déficits de R\$ 687,9 milhões da Previdência e de R\$ 61,8 milhões do Banco Central.

O Governo Central obteve superávit de R\$ 2,5 bilhões no mês de agosto.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			
	Agosto		Jan-Ago	
	1998	1999	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20.266,3</b>	<b>17.669,3</b>	<b>122.609,4</b>	<b>135.592,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>16.429,5</b>	<b>13.735,7</b>	<b>93.412,4</b>	<b>105.351,3</b>
I.1.1 Receita Administrada Bruta	10.405,0	10.540,6	79.022,3	89.574,9
I.1.2. (-) Restituições	(713,2)	(787,9)	(2.340,9)	(2.899,0)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	598,5	788,0	4.714,1	4.749,2
I.1.4. Demais Receitas	6.179,0	3.236,8	12.524,6	14.454,8
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(39,8)	(41,8)	(507,6)	(528,5)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.836,8</b>	<b>3.933,6</b>	<b>29.197,0</b>	<b>30.240,9</b>
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>14.706,9</b>	<b>15.108,3</b>	<b>114.900,6</b>	<b>118.473,8</b>
<b>II.1. Transferência a Estados e Municípios</b>	<b>2.366,6</b>	<b>2.496,5</b>	<b>18.367,3</b>	<b>21.353,1</b>
<b>II.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.267,5</b>	<b>4.621,4</b>	<b>32.139,1</b>	<b>35.332,1</b>
<b>II.3. Despesas da Administração Federal</b>	<b>7.764,5</b>	<b>7.797,3</b>	<b>62.921,2</b>	<b>60.343,8</b>
II.3.1. Pessoal e Encargos	3.630,1	3.783,7	31.113,9	31.688,2
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	4.134,3	4.013,6	31.807,3	28.655,7
- Abono e Seguro Desemprego	590,2	528,2	2.983,2	3.300,0
- Desapropriação para Reforma Agrária	40,7	33,5	210,1	146,9
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.503,4	3.451,9	28.614,0	25.208,8
<b>II.4. Subsídios e Subvenções</b>	<b>308,3</b>	<b>193,1</b>	<b>1.473,0</b>	<b>1.444,8</b>
<b>III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)</b>	<b>5.559,4</b>	<b>2.561,1</b>	<b>7.708,8</b>	<b>17.118,4</b>
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	5.990,1	3.248,9	10.650,8	22.209,6
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(430,7)	(687,9)	(2.942,0)	(5.091,2)
<b>IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(17,7)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(395,0)</b>	<b>(459,1)</b>
<b>V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)</b>	<b>5.541,8</b>	<b>2.499,2</b>	<b>7.313,8</b>	<b>16.659,3</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,21%</b>	<b>2,57%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

<b>Principais Variações</b>	
Acumulado: Agosto99/Agosto98	
<b>Receitas</b>	<b>10,6%</b>
<b>Despesas</b>	<b>3,1%</b>
Benefícios	9,9%
Transferências	16,3%
Pessoal	1,8%
Custeio	-9,9%

No acumulado do ano, o Governo Central apresentou superávit de R\$ 16,7 bilhões, correspondente a 2,6% do PIB, contra R\$ 5,6 bilhões, ou 1,2% do PIB, registrados em igual período de 1998. Observando-se a performance fiscal em termos desagregados, o superávit de R\$ 22,2 bilhões obtido pelo Tesouro Nacional demonstra a magnitude do esforço fiscal empreendido de forma a compensar o déficit acumulado

No ano, o Governo Central acumula superávit de R\$ 16,7 bilhões, aproximadamente 2,6% do PIB.

de R\$ 5,1 bilhões do Regime Geral da Previdência Social (INSS).

## Receita Total

### RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB Acumulado jan-ago 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20,4%</b>	<b>20,9%</b>
I.1. Tesouro	15,5%	16,3%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,7%	13,4%
I.1.2. Outras (**)	2,8%	2,9%
I.2. Previdência Social	4,8%	4,7%

(\*) Líquida de restituição

(\*\*) Diretamente arrecadadas e "demais" receitas

A receita total arrecadada em agosto foi de R\$ 17,4 bilhões, contra R\$ 20,3 bilhões obtidos no mesmo mês do ano anterior. Cabe salientar que, consoante o contrato de alienação patrimonial e de concessão do serviço de telefonia do sistema Telebrás, ingressou no Tesouro Nacional, em agosto de 1998, a primeira de três parcelas previstas de receitas de concessão no montante de R\$ 5,3 bilhões, ao passo que em agosto de 1999, além da parcela devida corresponder a 30% do valor da alienação, foi antecipado parte do pagamento no mês de junho deste ano, restando, portanto, apenas os R\$ 2,4 bilhões registrados em agosto.

No ano, a receita total acumula R\$ 135,3 bilhões, perfazendo um crescimento nominal de 10,4%, em relação a igual período de 1998, o que equivale a um incremento de 0,5 ponto percentual do PIB, com destaque para as receitas administradas líquidas com incremento equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB.

## Receitas do Tesouro Nacional

Em agosto, as receitas líquidas administradas pela SRF totalizaram R\$ 9,8 bilhões, apresentando crescimento de 0,6% frente à arrecadação de agosto de 1998. Cabe mencionar que naquele ano registraram-se recolhimentos atípicos decorrentes de débitos em atraso no valor de R\$ 856,4 milhões, distribuídos entre IRPJ, IRRF, Cofins, PIS/PASEP e CSLL. Desconsiderando-se esse efeito, o crescimento no período seria de 10,4%. Destaque-se, ainda, a variação nos seguintes tributos: i) IRPJ (-41,6%): em decorrência da redução das receitas de empresas que recolhem o imposto com base no lucro estimado ; ii) IRRF-Rendimento de Capitais (-29,1%): elevação da alíquota para as aplicações em renda fixa a partir de 01/07/98 e mudança na sistemática de tributação dos Fundos de Renda Fixa, afetando a base de comparação; iii) Cofins (+52,8%): aumento da alíquota (de 2%

para 3%) e extensão da cobrança às instituições financeiras a partir de março de 1999.

As demais receitas atingiram R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões inferior à arrecadação de agosto de 1998 devido, basicamente, ao volume de ingressos relativos à concessão de exploração do sistema de telefonia.

Até o período as receitas administradas líquidas cresceram 13,0%, frente ao acumulado até agosto do ano anterior, equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, a despeito da ausência de recolhimento da CPMF na maior parte do período considerado em 1999. Destaque-se o comportamento dos seguintes tributos: i) Cofins (+57,1%): aumento da alíquota (de 2% para 3%) e extensão da cobrança às instituições financeiras a partir de março; ii) IRRF-Rendimento de Capitais (+22,7%): extensão da tributação sobre aplicações de renda fixa às operações de cobertura (*hedge*) e mudança na sistemática de tributação dos fundos de renda fixa; iii) IOF (+45,9%): incidência da alíquota de 0,38% sobre aplicações financeiras em fundos de investimento e adicional de 0,38 pontos percentuais sobre as operações de crédito no período de 24/1/99 a 17/6/99; e iv) IRRF-Remessas ao Exterior (+74,7%): aumento no volume de remessas ao exterior.

Os seguintes fatores também contribuíram para o crescimento das receitas administradas: i) pagamento de débitos em atraso no montante de R\$ 4,0 bilhões; e ii) incorporação de depósitos judiciais à Conta Única do Tesouro Nacional, a partir de dezembro de 1998 e que totalizaram R\$ 1,2 bilhão nos oito primeiros meses deste ano.

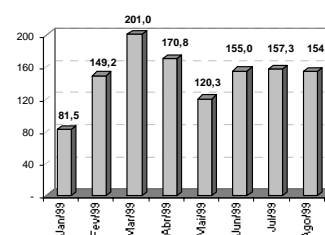
As receitas próprias dos órgãos da administração direta e indireta totalizaram R\$ 4,5 bilhões, permanecendo praticamente no mesmo patamar da arrecadação de idêntico período de 1998. O decréscimo de R\$ 285,9 milhões nas receitas de fundos, fundações e autarquias refletindo - nos órgãos que prestam serviços ao setor público - a redução das despesas do Governo Federal em tais serviços, e a queda de R\$ 76,6 milhões com salário-educação foram compensados

Itens	Receitas de Concessões (R\$ milhões)			
	Agosto		Jan-Ago	
	1998	1999	1998	1999
Telebrás	5.281	2.402	5.281	7.121
Anatel	-	119	-	606
Outros	-	-	4.042	1.001
<b>Total</b>	<b>5.281</b>	<b>2.521</b>	<b>9.323</b>	<b>8.728</b>

### **Evolução até agosto/99**

*Incremento de 0,7 ponto percentual do PIB nas receitas administradas líquidas*

**Recolhimento de Depósitos Judiciais (Lei 9.703/98)**  
(R\$ milhões)



<b>Demais Receitas</b>		
(R\$ milhões)		
Itens	Jan-Ago	
	1998	1999
Dividendos	744	1.078
Concessão	9.323	8.728
Cta Petróleo	0	2.398
Outras	2.458	2.251
<b>Total</b>	<b>12.525</b>	<b>14.455</b>

pelo acréscimo de R\$ 401,0 milhões na arrecadação dos órgãos da administração direta.

Registre-se também o incremento de 44,8% no recolhimento de dividendos pagos por empresas das quais o Tesouro Nacional é acionista e a arrecadação de R\$ 2,4 bilhões de receitas derivadas da Conta Petróleo, sem correspondente nos primeiros oito meses de 1998.

## **Despesa Total**

A despesa total alcançou R\$ 114,9 bilhões até o mês de agosto, passando de 19,1% do PIB em 1998 para 18,3% neste ano, com destaque para: i) os gastos com custeio e capital do Tesouro Nacional, cuja redução foi de 0,9 pontos percentuais do PIB; ii) a diminuição das despesas com pessoal em proporção do PIB; e iii) o aumento de transferências no âmbito da Lei Complementar nº 87/96, por conta de mudanças na legislação desses repasses.

## **Despesas do Tesouro Nacional**

### DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB Acumulado jan-ago 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>19,1%</b>	<b>18,3%</b>
II.1. Estados/Municípios	3,1%	3,3%
II.2. Benefícios	5,3%	5,5%
II.3. Adm Federal	10,4%	9,3%
II.3.1. Pessoal	5,2%	4,9%
II.3.2. Custeio	5,3%	4,4%
II.4. Subsídios	0,2%	0,2%

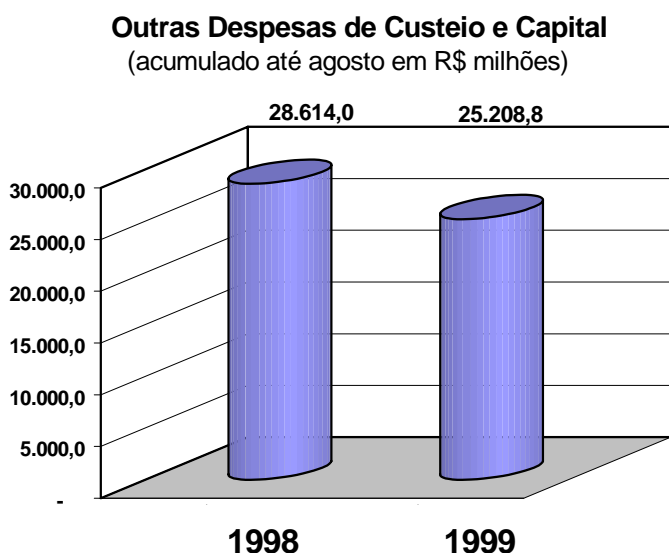
No período foram verificados aumentos nas transferências a Estados e Municípios, como decorrência acréscimo de R\$ 129,1 milhões nos repasses por conta da desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/96). Contribuiu para este crescimento a mudança no fator de opção permitida pela MP nº 1.913-5/99. Por outro lado, observou-se redução nas despesas de custeio e capital de R\$ 120,7 milhões, a despeito do pagamento, em agosto deste ano, de R\$ 150,0 milhões de sentenças judiciais relativas a restos a pagar de 1998. Com relação às despesas do FAT, foram repassados, no dia 05 do mês em análise, R\$ 206, 0 milhões às instituições financeiras federais a título de abono salarial para pagamento aos beneficiários.

A redução das despesas com subsídios e subvenções ocorridas em agosto deste ano, comparativamente ao mesmo mês de 1998, tem como principal evento explicativo a liberação, em agosto de 1998, de recursos para Equalização de Custeio Agropecuário no valor total de R\$ 104,0 milhões, referente ao período maio-agosto, cujos pagamentos estavam

represados em virtude da necessidade de suplementação orçamentária.

Até agosto, o conjunto das despesas em proporção ao PIB ficou 0,8 ponto percentual abaixo do ano anterior. Destaque-se a redução nas outras despesas com custeio e capital no montante de R\$ 3,4 bilhões, ou 0,9 ponto percentual do PIB, em decorrência do esforço para a compatilização entre a realização da receita e a execução da despesa do Poder Executivo.

### ***Evolução até Agosto/99***



*Redução das outras despesas com custeio e capital em R\$ 3,4 bilhões*

O déficit da Previdência Social (RGPS) atingiu R\$ 687,9 milhões, superando em R\$ 257,1 milhões o montante no mês de agosto de 1998. A despesa com benefícios previdenciários apresentou crescimento de 8,3%, em função do aumento tanto na quantidade de benefícios concedidos (+3,8%), como no seu valor médio (+5,9%), afetados pelos reajustes ocorridos nos meses de maio (piso da tabela) e junho (demais).

### ***Previdência Social***

Benefícios	Julho		
	1998	1999	%
Quantidade*	17,9	18,6	3,8%
Valor Médio**	237,4	251,4	5,9%

(\*) Em Milhões  
(\*\*) Em R\$ 1,00

A receita ficou R\$ 96,8 milhões acima da arrecadação de agosto do ano anterior, perfazendo um crescimento nominal de 2,5%. Contribuiu para este aumento a incorporação de receitas provenientes de depósitos judiciais

no montante de R\$ 50,6 milhões, permitida pela Lei nº 9.703/98, e o crescimento na arrecadação do Simples em R\$ 35,0 milhões (+34,7%) relativamente a agosto de 1998.

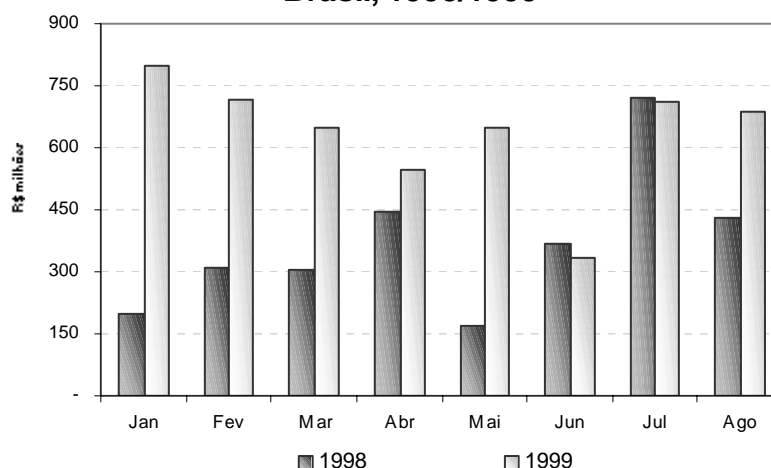
### **Evolução até agosto/99**

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB  
Acumulado jan-ago 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	4,8%	4,7%
Benefícios	5,3%	5,5%
<b>RESULTADO</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-0,8%</b>

O déficit acumulado até agosto registrou crescimento de 73,0% em relação ao mesmo período do ano passado, elevando-se de R\$ 2,9 bilhões em 1998 para R\$ 5,1 bilhões (cerca de 0,3 ponto percentual do PIB). Não obstante o aumento nominal de 3,6% das receitas previdenciárias, o foco da deterioração nas contas do RGPS reside no comportamento das despesas com benefícios, crescendo 9,9% entre os dois períodos.

### **Déficit da Previdência Social Brasil, 1998/1999**



*A Previdência Social acumula R\$ 5,1 bilhões de déficit até agosto/99*

No tocante às despesas, observa-se aumento de 3,8% na quantidade média de benefícios e de 7,0% no valor médio desses benefícios. No âmbito da receita, destacam-se: i) arrecadação de depósitos judiciais no montante de R\$ 413,0 milhões; ii) ingresso de receitas com CDP no valor de R\$ 166,2 milhões; e iii) ganho com a sub-rogação das empresas de prestação de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, totalizando recursos da ordem de R\$ 202,8 milhões até agosto deste ano.

**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou, ao final de agosto, R\$ 201,0 bilhões, correspondendo a 21,3% do PIB. Com isto, o saldo total apresentou um incremento de R\$ 19,1 bilhões em relação a julho.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Jun	Jul	Ago
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>71.858</b>	<b>67.601</b>	<b>78.884</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	284.027	286.734	295.508
Dívida Contratual da STN	-153.775	-158.926	-155.873
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-58.394	-60.208	-60.752
Fat	-41.639	-43.342	-43.676
Demais Entidades	-16.755	-16.866	-17.075
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>110.674</b>	<b>114.294</b>	<b>122.112</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	85.302	87.964	94.067
Títulos Depositados em Garantia	-5.684	-5.565	-5.904
Dívida Contratual	31.564	32.414	34.451
Disponibilidades	-507	-519	-501
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>182.532</b>	<b>181.895</b>	<b>200.996</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>19,6%</b>	<b>19,5%</b>	<b>21,3%</b>

*Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado foi de 21,1% do PIB*

Tal comportamento reflete o incremento de R\$ 14,9 bilhões na dívida mobiliária interna e externa e de R\$ 2,0 bilhões na dívida contratual externa, acompanhado de uma redução de R\$ 2,2 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro Nacional e dos fundos, autarquias e fundações associada à liquidação da segunda parcela da alienação do Sistema Telebrás.

Ao final de agosto, o estoque da DPMFi atingiu o montante de R\$ 443,7 bilhões, sendo R\$ 295,5 bilhões em poder do mercado (31,4% do PIB).

**Dívida Pública  
Mobiliária  
Federal**

**TABELA 3**  
**DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

(R\$ milhões)

	1999		
	Jun	Jul	Ago
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>430.675</b>	<b>434.115</b>	<b>443.655</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>284.027</b>	<b>286.734</b>	<b>295.508</b>
LTN	25.806	26.984	33.976
LFT	130.506	130.254	128.531
LFT-A	4.341	4.388	4.801
LFT-B	18.329	20.144	20.216
NTN-A	7.298	7.414	7.977
NTN-D	28.922	27.726	29.158
NTN-I	1.299	1.383	1.471
NTN-P	9.852	9.934	10.049
CFT-D	2.098	2.131	2.294
NTN-E	406	0	0
NTN-S	50.099	50.930	51.729
Demais	5.072	5.445	5.307
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>82.504</b>	<b>82.330</b>	<b>82.466</b>
LTN	232	236	241
NTN-B	237	242	247
NTN-S	11.228	11.414	11.593
LFT-A	34.319	34.465	34.805
LFT	34.570	34.034	33.494
Demais	1.917	1.938	2.086
<b>I.3 Títulos em Tesouraria</b>	<b>64.145</b>	<b>65.051</b>	<b>65.681</b>
<b>Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>30,6%</b>	<b>30,7%</b>	<b>31,4%</b>

*A relação DPMFi em mercado/PIB situou-se em 31,4%.*

O acréscimo de R\$ 8,8 bilhões da DPMFi em mercado, equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, pode ser explicado por dois motivos básicos: a incorporação dos encargos sobre o estoque da dívida no valor de R\$ 6,9 bilhões, aqui incluído o impacto da variação cambial no mês de agosto (R\$ 2,4 bilhões) sobre o saldo das NTN-D; e a continuidade do processo de substituição dos papéis do Banco Central em mercado por títulos de emissão do Tesouro Nacional que resultou na emissão líquida de R\$ 1,8 bilhão.

**TABELA 4**  
**EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS**  
**DPMFi EM MERCADO BRASIL, AGO/99**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	23.370	596	23.966
II. Resgates	21.839		21.839
III. Cancelamentos	307		307
<b>IV. Valor líquido (I-II-III)</b>	<b>1.224</b>	<b>596</b>	<b>1.820</b>



Registre-se o aumento do volume de emissões dos títulos pré-fixados e o alongamento do prazos de vencimentos de forma gradual. Do total de R\$ 23,4 bilhões em emissões financeiras, R\$ 11,8 bilhões foram de LFT e R\$ 11,5 bilhões em LTN. As LTN foram emitidas com prazo de vencimento de até 82 dias, e as LFT com prazo de até 721 dias.

**TABELA 5**  
**EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO**  
**BRASIL, AGO/99**

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR (R\$ milhões)	
				NOMINAL	FINANCEIRO
01/08/99	CTN	20 anos	IGP-M	380,7	39,5
04/08/99	LFT	721 dc/494 du	0,489%	1.500,0	1.492,7
06/08/99	LFT	719 dc/492 du	0,566%	1.000,0	994,4
11/08/99	LFT	364 dc/250 du	0,190%	2.347,7	2.343,2
13/08/99	LFT	362 dc/248 du	0,253%	1.000,0	997,5
18/08/99	LTN	70 dc/48 du	3,851%	3.500,0	3.370,2
18/08/99	LFT	364 dc/250 du	0,278%	2.000,0	1.994,5
20/08/99	LTN	75 dc/50 du	4,133%	3.000,0	2.880,9
20/08/99	LFT	362 dc/248 du	0,272%	1.500,0	1.495,9
25/08/99	LTN	77 dc/ 52 du	4,391%	3.500,0	3.352,8
25/08/99	LFT	364 dc/ 250 du	0,282%	2.500,0	2.493,0
27/08/99	LTN	82 dc/ 54 du	4,410%	2.000,0	1.915,5
<b>TOTAL</b>				<b>24.228,4</b>	<b>23.370,1</b>

*O Tesouro Nacional tem alongado, de forma gradual, o prazo de colocação dos títulos pré-fixados.*

Do montante de R\$ 596 milhões de emissões não-financeiras, R\$ 482 milhões foram emitidos para assunção das dívidas dos estados, conforme tabela a seguir.

**TABELA 6**  
**EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO**  
**DE DÍVIDAS DE ESTADOS/MUNICÍPIOS**  
**BRASIL, AGO/99**

ESTADO	VALOR	Em R\$ milhões
		LEI
<b>Minas Gerais</b>		
1. Quitação de Dívida Contratual		
1.1. LFT-B	15,7	Lei nº 9.496/97
<b>Amazonas</b>		
1. Contrato de Abertura de Crédito		
1.1. LFT-A	363,7	MP nº 1.900-40/99
<b>Paraíba</b>		
1. Assunção de Dívida Mobiliária		
1.1. LFT-E	102,9	Lei nº 9.496/97
<b>Total</b>	<b>482,2</b>	

*Emissão de R\$ 482 milhões em decorrência da assunção das dívidas do estados de Minas Gerais, Amazonas e Paraíba.*

O Tesouro Nacional emitiu também: i) NTN-I, no valor de R\$ 26,9 milhões, referentes à equalização das taxas de juros dos financiamentos no âmbito do Proex; ii) CDP, no valor de R\$ 4,0 milhões, adquiridos por devedores do INSS para quitação de dívidas junto àquele órgão; iii) R\$ 37,3 milhões em NTN-P, adquiridos pelo FND e CEF; e iv) R\$ 45,0 milhões em LFT, adquiridos pela RFFSA, destinados ao cumprimento do contrato de cessão de crédito, celebrado entre a União e aquele órgão.

### Composição

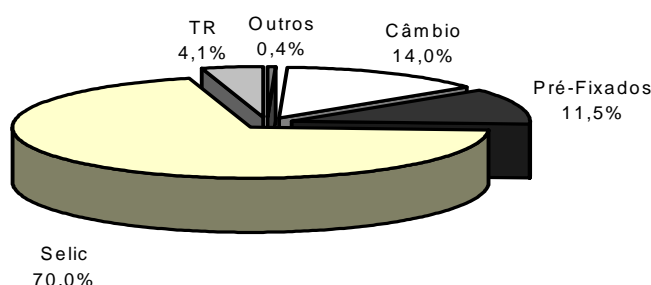
Ao final do mês de agosto verificou-se a continuidade do aumento da participação relativa das LTN na composição da DPMFi em mercado, passando de 6,3% em julho, para 7,7% no mês em questão. As LFT (inclusive LFT-A e LFT-B) representam 64,8% da DPMFi total.

A participação relativa dos títulos cambiais no total do estoque da DPMFi que vinha sendo reduzida gradualmente, caindo de 14,0% em junho, para 13,6% em julho, retornaram em agosto para 14,0%, como decorrência da variação cambial ocorrida no mês. Entretanto, segue-se, até o momento, com a política de não substituição dos títulos que vencem por outros de características semelhantes.

TABELA 7  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi  
BRASIL, 1999

Título	1999 (%)		
	Jun	Jul	Ago
LTN	6,0	6,3	7,7
LFT	38,3	37,8	36,5
LFT-A	23,8	23,9	23,7
LFT-B	4,3	4,6	4,6
NTN-A	2,1	2,1	2,3
NTN-D	6,7	6,4	6,6
NTN-H	0,6	0,5	0,5
NTN-P	2,3	2,3	2,3
NTN-S	14,2	14,3	14,3
DEMAIS	1,7	1,7	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

DPMFi em Mercado  
Brasil, Ago/99



Em agosto, o custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 32,0%, contra 22,0% verificado no mês anterior, motivado, principalmente, pela variação cambial de 7,1% em relação a julho. Se excluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio anual dos títulos em mercado manteriam tendência declinante, registrando no mês 20,2% nos competitivos, e 19,7% na totalidade dos títulos.

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou queda em relação ao mês anterior, passando de 13,15 meses, em julho, para 11,12 meses, em agosto. Tal fato deveu-se à diminuição no prazo das LFT competitivas, que passou de 24 meses, em julho, para 12 meses na segunda semana de agosto, e ao retorno das emissões de LTN com prazos médios de 2,5 meses.

## **Custo e Prazo Médios**

*O prazo médio da DPMFi em mercado foi de 11,12 meses.*

**TABELA 8**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (% anual)

PERÍODO	TOTAL	COMP(1)
<b>1998</b> Ago	21,58	23,62
Set	27,70	31,54
Out	34,54	37,26
Nov	32,80	36,08
Dez	31,32	33,71
<b>1999</b> Jan (2)	30,42	30,90
Fev (2)	37,11	38,24
Mar (2)	40,02	42,42
Abr (2)	33,65	35,38
Mai (2)	26,20	31,52
Jun (2)	22,14	23,20
Jul (2)	20,42	21,12
Ago (2)	19,68	20,24
Jan (3)	227,40	311,41
Fev (3)	49,22	53,33
Mar (3)	-2,77	-11,64
Abr (3)	12,42	14,57
Mai (3)	34,02	34,96
Jun (3)	27,36	28,30
Jul (3)	20,98	21,95
Ago (3)	44,67	32,02

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(2) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(3) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*O custo médio anualizado dos títulos competitivos (exceto os cambiais) reduziu-se de 21,1%, em julho, para 20,2%, em agosto*

No primeiro leilão do mês, o Tesouro Nacional ofertou somente LFT de 24 meses em lotes reduzidos. Este fato decorreu, principalmente, das preocupações do mercado em

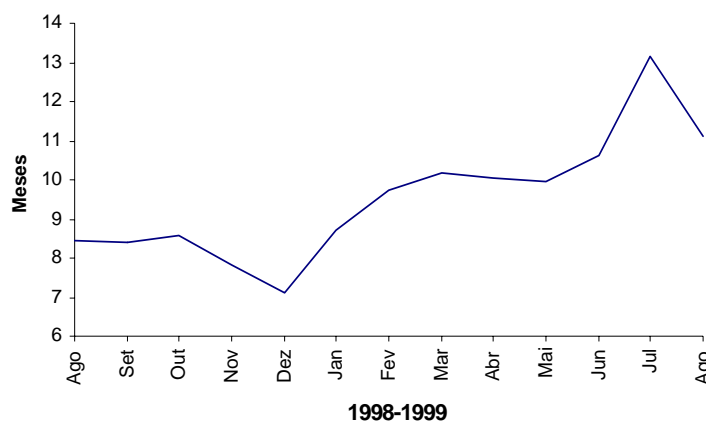
torno da possibilidade de elevação das taxas de juros norte-americanas. Na segunda semana do mês, o Tesouro Nacional adotou a estratégia de encurtar à metade os prazos das LFT a serem emitidas. Até o final do mês, manteve-se a colocação das LFT de 12 meses e das LTN que, no leilão da última sexta-feira de agosto, atingiram o prazo de 82 dias.

**TABELA 9**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
<b>1998</b>		
Ago	35,89	8,46
Set	36,12	8,39
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
<b>1999</b>		
Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

**DPMFi - PRAZO MÉDIO**  
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado)



## **Dívida Contratual Interna**

*Os haveres totais do Tesouro Nacional atingiram o equivalente a 16,5% do PIB.*

O saldo dos haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 155,9 bilhões, equivalente a 16,5% do PIB, reduzindo-se, portanto, em 0,5 ponto percentual do PIB em relação à posição do mês de julho.

Como eventos expressivos do mês, destaca-se a incorporação ao saldo credor do refinanciamento da dívida dos estados de Minas Gerais, Amazonas e Paraíba, no âmbito da Lei nº 9.496/97. Também observa-se a amortização do saldo devedor dos concessionários junto à União, por conta do pagamento de cerca de R\$ 4,0 bilhões, referentes à segunda parcela, vencida em 4 de agosto, relativa à alienação do sistema Telebrás.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Jun	Jul	Ago
<b>TOTAL DA STN</b>	<b>-153.775</b>	<b>-158.926</b>	<b>-155.873</b>
Dívida Bancária	38.738	38.705	38.981
Crédito Securitizado (exceto CVS)	19.562	19.701	20.687
CVS	7.833	7.895	7.956
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.191	3.184	3.174
Certificados de Privatização	40	40	42
INSS	-9.096	-9.247	-9.392
Lei 7.976/89	-11.131	-11.245	-11.889
Bônus Renegociação	-18.368	-18.106	-19.430
Lei 8.727/93	-42.377	-42.367	-42.678
Lei 9.496/97	-96.215	-97.183	-98.814
Renegociação de dívidas dos Municípios	0	-2.673	-2.698
Recebíveis dos Estados	-3.397	-3.448	-3.520
Recebíveis das Estatais	-20.983	-21.135	-17.563
Outros	-9.570	-9.808	-9.648
Créditos das Operações Oficiais	-9.425	-9.295	-9.230
Arrecadação a Recolher	-2.577	-3.942	-1.852
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-58.394</b>	<b>-60.208</b>	<b>-60.752</b>
Fat	-41.639	-43.342	-43.676
Demais Entidades	-16.755	-16.866	-17.075
<b>TOTAL</b>	<b>-212.169</b>	<b>-219.133</b>	<b>-216.624</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-22,8%</b>	<b>-23,5%</b>	<b>-23,0%</b>
<b>TOTAL DA STN/PIB</b>	<b>-16,5%</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-16,5%</b>

Também foram efetuados registros de R\$ 747,0 milhões em créditos securitizados, sendo a maior parte (R\$ 702,0 milhões) colocada junto ao Banco do Brasil para pagamento de Empréstimos do Governo Federal – EGF/Com Opção de Venda, denominados EGF-Especiais, e que representava passivo pendente desde 1991, ora regularizado pelo Tesouro Nacional.

O prazo médio dos créditos securitizados apresentou queda significativa, passando de 180,3 meses, em julho, para 173,7 meses em agosto, em decorrência dos novos registros realizados em agosto cujo prazo médio foi de 70 meses. O custo médio anual dos créditos securitizados atingiu 24,71% no mês, elevando-se em relação ao observado em julho (18,19%), em decorrência da variação dos indexadores utilizados na correção dos títulos, principalmente do IGP-DI,

*A variação do IGP-DI contribuiu para elevação do custo médio anual dos créditos securitizados de 18,2%, em julho, para 24,7%, em agosto.*

que referencia 56% da dívida securitizada, e que passou de 1,02%, em julho, para 1,59%, em agosto.

## Dívida Externa

Ainda no mês de agosto, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 122,1 bilhões, equivalente a 13,0% do PIB, contra 12,2% no mês anterior.

Como se observa, houve um crescimento do saldo em R\$ 7,8 bilhões, relativo ao mês anterior, devido, basicamente, à variação cambial ocorrida no mês (7,1%). Com efeito, o saldo da dívida externa em dólar diminuiu comparativamente a julho, devido ao pagamento de amortizações no valor de R\$ 40,8 milhões (US\$ 21,3 milhões) a Organismos Multilaterais e R\$ 286,1 milhões (US\$ 149,3 milhões) a Bancos Privados e Agências Governamentais.

TABELA 11  
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, 1999

DISCRIMINAÇÃO	1999 (R\$ milhões)		
	Jun	Jul	Ago
<b>1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>85.302</b>	<b>87.964</b>	<b>94.067</b>
<b>1.1. Bônus de Renegociação</b>	<b>65.258</b>	<b>65.984</b>	<b>70.598</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.540	1.557	1.667
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.386	4.435	4.749
Par Bond (PB)	7.399	7.481	7.987
Discount Bond (DB)	9.571	9.678	10.363
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.075	3.109	3.329
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	12.930	13.074	14.000
Debt Conversion Bond (DCB)	15.023	15.190	16.231
New Money Bond (NMB)	3.962	4.006	4.290
Eligible Interest (EI)	7.372	7.454	7.982
<b>1.2. Bônus de Captação</b>	<b>20.044</b>	<b>21.980</b>	<b>23.469</b>
Samurai Bond	438	468	523
Global Bond	1.327	1.342	1.437
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	937	979	1.035
Global Bond 2027	6.193	6.262	6.706
Eurolira Bond	710	742	784
Eurosterling Bond 2007	419	436	462
Euro Bond 2003	918	959	1.014
Global 2008	703	734	776
DM 2008	2.212	2.237	2.395
Global 2004	5.309	5.368	5.748
Euro Bond 2002	0	1.535	1.622
Demais	878	918	970
<b>2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-5.684</b>	<b>-5.565</b>	<b>-5.904</b>
<b>3. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>31.564</b>	<b>32.414</b>	<b>34.451</b>
<b>4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÃO</b>	<b>-507</b>	<b>-519</b>	<b>-501</b>
<b>5. TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>110.674</b>	<b>114.294</b>	<b>122.112</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>11,9%</b>	<b>12,2%</b>	<b>13,0%</b>

A relação Dívida Externa em Mercado/PIB foi de 13,0%.

Os desembolsos realizados em agosto com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 123,4 milhões. Além da despesa de R\$ 7,5 milhões referentes ao pagamento de juros do eurobônus do estado de Minas Gerais (Medida Provisória nº 1.810/99, foram efetuados pagamentos de R\$ 98,7 milhões a Organismos Multilaterais e R\$ 17,2 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais.

**TABELA 12**  
**ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, 1999**

Discriminação	(R\$ milhões)
	<b>Agosto</b> <b>1999</b>
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>123,4</b>
I.1. Organismos Multilaterais	98,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	17,2
I.3. Dívida Mobiliária	7,5
Bônus Série B - Minas Gerais <sup>1</sup>	7,5

<sup>1</sup> Títulos emitidos pelo Governo de Minas Gerais, pagos em caráter extraordinário, conforme autorizado pela MP nº 1.810/99, de 09/02/99.